



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PROCESSO** : 0010024-33.2022.6.05.8000**INTERESSADO** : SEINFRA**ASSUNTO** : Impugnação - Registro de Preços para eventual contratação de serviço de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de *token* homologado, repasse de conhecimento e serviço de instalação.**PARECER nº 33 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1**

1. Após a publicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 47/2022 (doc. n.º 2017920), com vistas à formação de Registro de Preços para eventual contratação de serviço de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de *token* homologado, repasse de conhecimento e serviço de instalação, foi apresentada impugnação pela EXBIZ INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS LTDA, nos termos do documento n.º 2032191.

2. Em apertada síntese, a licitante demonstra irresignação diante da fixação de valores unitários máximos, arguindo que a providência *"acaba por excluir a ampla concorrência do certame, por ser uma especificação excessiva e desnecessária"*. De tal sorte, sustenta ser cabível apenas o estabelecimento, pela Administração, de valor máximo para o lote, pugnando pela alteração do instrumento convocatório para permitir a oferta de produtos com valores unitários a maior dos que estimados em pesquisa de mercado, desde que respeitado o valor total do lote único.

3. Não devem prosperar os argumentos trazidos pela empresa. Com efeito, como consignado na manifestação do Pregoeiro, a Lei n.º 8.666/93 autoriza a fixação de preços máximos, devendo o edital fixar clara e objetivamente o critério de compatibilidade. A medida, observada *in casu*, inclusive figura como meio de mitigar a ocorrência de "jogo de planilhas" e a aquisição de itens avulsos com sobrepreço, como também foi destacado no documento n.º 2032294.

4. Acerca das colocações trazidas nos itens 6 e 7 da peça ora *sub analysis*, foi colhida a manifestação da Seção de Análise e Aquisições que, no documento n.º 2032294 sustentou que os modelos utilizados para a formação do preço máximo admitido *"cumprem a especificação desejada pelo Órgão. Contudo, entendemos que esta avaliação deva ser levada a efeito pela área técnica demandante da solução, caso ainda não tenha sido conclamada a fazê-lo"*.

4.1. De seu turno, no mesmo documento, a Seção de Infraestrutura Tecnológica se manifestou nos seguintes termos:

Em que pese a ausência do modelo específico de cada *token* aqui neste e-mail, as especificações citadas e os modelos abaixo são conhecidos do mercado e são compatíveis com a especificação. Eles servem portanto de cotação e ajudam a formar média para o item. A única observação que tecemos aqui é que a solução requer que o modelo do *token* seja homologado pelo fabricante do produto de MFA como compatível. Essa necessidade torna a prospecção de modelos no mercado mais difícil de acostar ao processo, porque deveria cada modelo partir

de sugestão da revenda do produto MFA, para que houvesse a indicação da compatibilidade. Em outras palavras, apesar de os modelos abaixo servirem como referência de preços, eles podem não ser compatíveis com nenhum dos produtos concorrentes na licitação. **Opino portanto que, para efeito de cotação e formação de média de preços, as opções abaixo e as fornecidas pelas revendas estão adequados**, mas não devemos utilizar os modelos abaixo como "modelo de referência" de nenhum tipo, visto que podem não ser homologados pelos fabricantes concorrentes do pregão.

5. Portanto, com estas considerações, na mesma linha defendida pelo Pregoeiro, entendemos que as razões de impugnação não merecem acolhimento.

É parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciário**, em 04/08/2022, às 16:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2033839** e o código CRC **67BE8E3F**.